

IX SEMINÁRIO IDN JOVEM

DAVID CANARIAS, DIOGO ALMEIDA, REGINA MACHADO, FRANCISCO MALVEIRO, JOÃO PAULO ALMEIDA, ANDRÉ MACHADO, GABRIEL DIAS, PEDRO CARVALHO, ALICE ALMEIDA, CHIARA FERNANDES, FRANCISCA MOURA, ISABELA GAMA SOUZA, VALENTINA RUAS, INÊS SOUSA, ANHELINA BYKOVA, VINÍCIUS ALBERNAZ

BRAGA, 9 E 10 DE ABRIL DE 2024

IX Seminário IDN Jovem

Painéis:

Segurança Humana, Direitos Humanos e Defesa
Política Externa e Defesa
Ameaças, Riscos e Soluções Transnacionais
Defesa Nacional: Contextos, Políticas e Atores

Braga, 9 e 10 de abril de 2024, Instituto da Defesa Nacional
e Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais. As opiniões livremente expressas nas publicações do Instituto da Defesa Nacional vinculam apenas os seus autores, não podendo ser vistas como refletindo uma posição oficial do Instituto da Defesa Nacional ou do Ministério da Defesa Nacional de Portugal.

Diretora

Isabel Ferreira Nunes

Editor

Luís Cunha

Núcleo de Edições

António Baranita

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00 Fax.: 21 392 46 58 E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

Rainho & Neves, Lda.

R. Do Souto, 8 – 4520-612, São João de Ver

Tel.: 256371470 E-mail: geral@rainhoeneves.pt Website: www.rainhoeneves.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

© Instituto da Defesa Nacional, 2024

Índice

Capítulo I – SEGURANÇA HUMANA, DIREITOS HUMANOS E DEFESA	
A Discriminação Racial e a Segurança Pública: a Comunicação Estratégica nas Forças de Segurança	10
<i>David Canarias</i>	
O Paradoxo Existente entre as Práticas Discursivas e Normativas da UE e a sua Aplicação: o Estudo de Caso da Política de Migração e Asilo	36
<i>Diogo Almeida e Regina Machado</i>	
Capítulo II – POLÍTICA EXTERNA E DEFESA	
O Nacionalismo em Itália no Século XXI	50
<i>Francisco Malveiro e João Paulo Almeida</i>	
A Política Externa da República Islâmica do Irão: Securitária, Sectária ou Ideológica?	60
<i>André Machado, Gabriel Dias e Pedro Carvalho</i>	
What Is the International Community (Not) Doing for Tackling the Crisis in Cabo Delgado?	78
<i>Alice Almeida, Chiara Fernandes, Francisca Moura, Isabela Gama Souza e Valentina Ruas</i>	
Capítulo III – AMEAÇAS, RISCOS E SOLUÇÕES TRANSNACIONAIS	
The COVID-19 Pandemic and Democratic Backsliding in Hungary, Poland, Slovakia and the Czech Republic: To what extent did the COVID-19 pandemic contribute to democratic backsliding in the Visegrád Group?	91
<i>Inês Sousa</i>	
Apresentação e Análise dos Conceitos de Transformação Digital, Maturidade Digital, Digitalização Regional e Segurança Digital	110
<i>Anhelina Bykova</i>	
Capítulo IV – DEFESA NACIONAL: CONTEXTOS, POLÍTICAS E ATORES	
Segurança, Defesa e a Paz: Educação para a Cidadania no Currículo Escolar em Portugal	122
<i>Vinícius Albernaiz</i>	

Capítulo IV

DEFESA NACIONAL:

CONTEXTOS, POLÍTICAS E ATORES

Segurança, Defesa e a Paz: Educação para a Cidadania no Currículo Escolar em Portugal

Vinícius Albernaz¹

Aluno de Doutorado em Ciência Política, Universidade da Beira Interior.

1. Introdução

“Era de caos”, “Guerra Fria 2.0”, “Tempos de pré-guerra”, “Ameaças Híbridas” (AH) e “Guerras híbridas” (GH), em outras palavras, são diversos os termos que buscam definir os novos tempos de insegurança global. Actualmente, estamos a testemunhar uma realidade na qual se desencadeiam cada vez mais conflitos e guerras no mundo contemporâneo. Passados dois anos da guerra Rússia-Ucrânia, temos o atual conflito no Médio Oriente, o conflito Israelo-Palestiniano (que dura há mais de sete décadas) e tensões/dissuasões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) com a Rússia.

Neste cenário, emergem no seio académico discussões sobre as ameaças híbridas, e suas implicações na União Europeia (UE) e nos seus 27 Estados-Membros. Deste modo, existe uma preocupação em torno da importância de conhecimentos dos jovens no ensino secundário sobre as temáticas relacionadas à “segurança, defesa e a paz”.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre quais as estratégias educativas para a educação e para a cidadania dos jovens voltadas para a segurança, defesa e a paz no ensino secundário em Portugal. Buscamos debater sobre as diferenças de adoção pedagógica entre um Estabelecimento Militar de Educação e um Estabelecimento Regular de ensino e refletir sobre a importância na adoção de uma Unidade Curricular-UC voltada para o ensino de Segurança, Defesa e Paz nos estabelecimentos regulares de ensino.

Todavia, como política estratégica educacional, Portugal teve um grande avanço para o reforço da educação para a cidadania dos jovens portugueses com a elaboração do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz. O referencial busca expressar e enquadrar a missão das Forças Armadas e de Segurança, de acordo com as leis e tratados, e apresentar aos mais jovens de forma didática (do pré-escolar ao nível secundário) os desafios da presença de Portugal no mundo, no quadro geopolítico, geoestratégico e no quadro institucional europeu (Duarte *et al.*, 2022).

Metodologicamente, a pesquisa resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental, visando delimitar os referenciais teóricos. Em seguida aborda as leis e diretrizes que legitimam a educação para a cidadania voltada para a segurança, defesa e a paz. Por último

¹ Este texto segue a grafia em uso no Brasil.

realiza a comparação dos planos curriculares das seguintes escolas: Colégio Militar em Lisboa e Escola Secundária Campos Melo, na Covilhã.

2. Segurança Europeia, Defesa e Paz

No mundo globalizado, multipolar, em constante transformação, os acontecimentos relacionados à segurança, defesa e paz de um país são cruciais, e, nesse caso específico, em Portugal, como membro da União Europeia (UE). Actualmente vivemos novos tempos de insegurança global. A última década fez emergir preocupações e mudanças profundas no xadrez geopolítico de segurança e defesa na Europa.

Tendo em conta o contexto europeu neste cenário, quais os caminhos que a Europa deverá trilhar em Segurança, Defesa e Paz? A Europa necessita de um exército próprio? A independência da NATO? São diversas inquietações e reflexões resultantes dos riscos atuais e que testarão a resiliência das democracias do continente europeu, a economia global do bloco, o equilíbrio geopolítico, que vem afetando profundamente o apoio ocidental a Ucrânia, além do atual conflito no Médio Oriente.

Na mesma perspectiva, as recentes ameaças na utilização de ataques nucleares por parte da Rússia, fizeram disparar o sentimento de preocupação sobre a segurança e a defesa no bloco económico e político europeu². Na Alemanha, o Ministro da Defesa, Boris Pistorius, diz ver como possível “um ataque da Rússia a NATO entre cinco e oito anos”³.

Nesse contexto, no dia 28 de fevereiro de 2024, no plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo (França), a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que “The threat of war may not be imminent, but it is not impossible. The risks of war should not be overblown, but they should be prepared for. And that starts with the urgent need to rebuild, replenish and modernise Member States’ armed forces” (European Commission, 2024, p. 2).

Nessa linha de raciocínio, de acordo com o relatório do Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo (SIPRI), divulgado em março de 2023, a corrida ao armamento na Europa disparou, em contraciclo com a tendência mundial. As importações de armas pelos Estados europeus aumentaram 47% referente a 2013-2017 e 2018-2022, enquanto o nível global de transferências internacionais de armas diminuiu 5,1%⁴. Por outro lado, Vladimir Putin e os membros do governo russo, multiplicaram suas visitas

2 Putin garante que Rússia está pronta para uma guerra nuclear. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2024-03-13-Putin-garante-que-Russia-esta-pronta-para-uma-guerra-nuclear-d85ebb7e>, consultado em 13 de março de 2024.

3 Putin could attack NATO in “5 to 8 years”, German defense minister warns. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/vladimir-putin-russia-germany-boris-pistorius-nato/>, consultado em 13 de março de 2024.

4 Guerra causa corrida ao armamento na Europa. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/guerra-na-ucrania/2023-03-13-Guerra-causa-corrída-ao-armamento-na-Europa-e-torna-Ucrania-na-terceira-maior-importadora-quatro-graficos-do-comercio-de-armas-em-2022-18435cd6>, consultado em 10 de março de 2024.

as fábricas bélicas na Federação Russa, e a imprensa britânica afirma que o setor militar industrial já representa 7,5% do PIB russo⁵.

Na Europa, países que haviam abolido o alistamento militar obrigatório, voltaram às discussões sobre reintroduzi-lo como forma de aumentar o seu efetivo de Exército e a prontidão das suas Forças Armadas. Caso da Alemanha, onde as Forças Armadas Alemãs estão a avaliar a possibilidade de regresso do sistema obrigatório, cujo investimento custaria vários milhões de euros e implicaria um novo ajuste estrutural importante, de acordo com o Tenente-Coronel Torben Arnold em recentes declarações⁶.

Vale ressaltar que em Portugal, no mês de abril de 2024, o debate político sobre o tema do Serviço Militar Obrigatório (SMO) dominou as manchetes dos jornais, mídia, canais de notícias, redes sociais e a agenda pública sobre o regresso do SMO, carreira militar e serviço militar para jovens que cometem pequenos delitos⁷.

No atual ambiente estratégico, a eleição presidencial de Donald Trump no ano de 2016 e a sua recandidatura em 2024, coloca em causa o compromisso dos Estados Unidos da América (EUA) com a NATO devido a recentes declarações polémicas do então candidato que afirmou categoricamente que “We’re not going to defend you if you’re not paying your bills. It’s very simple. [...] We have an ocean between some problems”⁸. Na mesma linha de raciocínio, outra declaração preocupante foi a de encorajar Vladimir Putin a invadir países da NATO que não contribuem suficientemente para a aliança militar⁹.

Neste cenário, as eleições presidenciais nos EUA, em 5 de novembro de 2024, têm o potencial de afetar profundamente o continente europeu, e serão, uma vez mais, determinantes no xadrez geopolítico.

No meio militar ecoam diversos alertas sobre a capacidade de segurança e defesa autónoma da UE, de maneira que o bloco se integre como uma entidade essencial e imprescindível nas fileiras da NATO e esteja apta a defender os seus interesses na geopolítica internacional, sempre com a ambição de ser uma potência global na atual ordem internacional (Costa, 2022). Recentemente, os gastos dos Países-membros da UE, bateram um valor recorde de 270 mil milhões de euros em 2023, momento em que também foram

5 Indústria militar Russa 7,5% do PIB. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/videos/industria-militar-russa-ja-conta-para-7-5-do-pib-e-o-ocidente-esta-preocupado/65cfb06b0cf265bc9698570d>, consultado em 10 de março de 2024.

6 Ameaça Russa reaviva discussão sobre serviço militar obrigatório. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/ameaca-russa-reaviva-discussao-sobre-servico-militar-obrigatorio-na-alemanha_n1557653, consultado em 13 de março de 2024.

7 Serviço Militar para quem comete pequenos delitos? Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2024-04-30-video-servico-militar-para-quem-comete-pequenos-delitos--ordem-dos-advogados-admite-a-possibilidade-mas-como-pena-substitutiva-2c26187a>, consultado a 30 de abril de 2024.

8 Donald Trump exclusive interview with Nigel Farage. Disponível em: <https://www.gbnews.com/politics/us/donald-trump-nato-pay-up-usa-took-advantage-latest-news>, consultado 11 de março de 2024.

9 Trump diz que “encorajaria” Putin a invadir países da NATO que não paguem o suficiente. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/02/12/trump-vai-encorajar-a-russia-a-atacar-os-estados-da-nato-que-nao-gastem-o-suficiente>, consultado em 13 de março de 2024.

apresentadas a estratégia *European Defense Industrial Strategy* (EDIS), bem como o Programa Europeu da Indústria de Defesa (EDIP), ambas geridas pela Comissão Europeia-CE¹⁰.

Conforme observa Grilo (2021) Portugal deve preparar-se para as Ameaças Híbridas e Guerras Híbridas, necessariamente ao nível da Defesa Nacional, especificamente num conceito amplo de Segurança e Defesa. Nesse contexto, o autor apresenta uma diversidade de atividades e métodos no ambiente operacional que possibilitam as AH que incluem a:

“desinformação, a exploração da tendência crescente de dependência energética, os transportes, a chantagem económica, a pressão diplomática, o minar das instituições internacionais, o terrorismo, o crime organizado, as tecnologias disruptivas exponenciadas pelo domínio Ciber, resultando no aumento da insegurança” (Grilo, 2021, p. 1).

A autora Rita Costa (2022, p. 4) complementa essa visão, ao apontar que as AH geralmente resumem-se a “uma combinação de atividades convencionais com não convencionais, militares com não militares, com recurso a atores estatais com atores não estatais”, com a utilização de diversos meios com a finalidade de atingirem objetivos políticos.

Em linhas gerais, devemos resgatar e clarificar a compreensão dos mais jovens sobre o que é consagrado no artigo 276º. da Constituição da República Portuguesa (2005), sobre a “Defesa da Pátria, serviço militar e serviço cívico”. Em outras palavras, “se queres a paz, prepara-te para a guerra”, célebre frase do escritor latino Públio Flávio Vegécio Renato, na sua obra “O Compêndio da Arte Militar”. Vegécio “professa a ideia de que a única *paix* aceitável, agradável e necessária seria aquela advinda da vitória e da submissão do inimigo estrangeiro” (Tavares e Gonçalves, 2023, p. 210).

Garcia (1996, p. 70) em sua pesquisa sobre a defesa nacional como dever e direito fundamentais do cidadão e do Estado, reforça esse argumento ao afirmar que as tarefas de defesa se “inscrevem no esforço de consolidação de uma cultura de liberdade, indispensável à correta assimilação do devir socio-constitucional”.

Deste modo o presente estudo visa contribuir para a discussão sobre o tema. No próximo tópico abordamos a importância da educação para a cidadania dos jovens nas escolas, voltada para a segurança, defesa e a paz.

3. Estratégias Nacionais de Educação para a Cidadania dos Jovens nas Escolas

O primeiro desafio é a definição da educação para a cidadania. Neste trabalho, abordamos os significados da cidadania, a formação/educação cívica e a participação dos jovens portugueses. A cidadania, nas culturas ocidentais democráticas, está voltada para diversos aspetos, entre eles: o ordenamento jurídico, os valores, a identidade, o sentimento de pertença a um Estado-Nação, a dimensão representativa e o compromisso político (Henriques, 2000). O conceito de cidadania é intrinsecamente ligado ao sentimento de

10 A primeira estratégia industrial de defesa da União Europeia. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/a-primeira-estrategia-industrial-de-defesa-da-uniao-europeia/>, consultado em 13 de março de 2024.

pertença a uma comunidade/sociedade, o que o torna “indissociável da consciência de ser(-se) cidadão e ter(-se) consciência cívica” (Praia, 1999, p. 7).

A definição clássica refere no artigo 4.º da Constituição: “são cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional” (Constituição da República Portuguesa, 2005). Esta definição está voltada para a relação de direitos e deveres no domínio nacional. Os autores Guzmán-Utreras *et al.* (2023) afirmam que o conceito de cidadania é polissémico, ou seja, tem vários sentidos e é difícil de definir. Entretanto, apontam dois caminhos possíveis do seu sentido:

“1) como una actividad, donde los pueblos y las personas son importantes solo si participan de la vida política; 2) como una condición, donde el sujeto adquiere derechos, como la libertad a la privacidad frente a un país. Entonces, es posible concebirla como “un estatus – posición o condición – en el que se solicita, define y posibilita el acceso a los recursos básicos para el ejercicio de derechos y deberes” (Guzmán-Utreras *et al.*, 2023, p. 4).

Todavía, está equacionada também a discussão da cidadania democrática, que com o tempo trouxe-nos a novos desafios, como a atribuição de nacionalidades a imigrantes e a múltiplas cidadanias. Nesse aspeto, nos anos 2000, Nuno Teixeira (2000) já projetava este leque de direitos e deveres ampliados, que beneficiariam um conjunto de cidadãos, em específico, aqueles próprios da cidadania europeia ao afirmar que:

“Uma cidadania da qual se beneficiará num ambiente em que a soberania será partilhada, a defesa e a segurança assumirão crescentemente contornos multilateralizados, a moeda única converter-se-á, no curto prazo, numa realidade europeia, a fronteira será a do limiar do desenvolvimento económico e social, a cultura será e já o é, o lugar de expressão máxima do cosmopolitismo da sociedade actual” (Teixeira, 2000, p. 5).

Corroborar este argumento Henriques (2000, p. 41) ao afirmar que “efectivamente, a cidadania democrática envolve uma dupla dimensão representativa e participativa e exige mais responsabilidades dos cidadãos”. O jovem deve ser um cidadão consciente dos seus direitos, deveres e responsabilidades.

Este fenómeno também encontra respaldo nos estudos de Pierre Giollito (2000), que destaca a existência de uma outra abordagem sobre a concepção da cidadania nas sociedades democráticas, não relegada apenas a questão política, jurídica ou fiscal, mas ampliada para a questão social e cultural, através de um conjunto de práticas sociais num sistema de valores. Nesta linha, o autor defende que devemos considerar o exercício da cidadania nas seguintes perspetivas:

“exercício dos direitos de associação, de actividades políticas e sindicais, de informação, de expressão, sendo o complemento da democracia social indispensável para o funcionamento de um sistema representativo da democracia política que tem como fundamento a delegação de poder; e para corrigir o aspecto obrigatório de actos de solidariedade nacional, tais como pagamento de impostos e prestação de serviço nacional, práticas de solidariedade social que vão da participação na construção de sistemas de proteção, especialmente as mutualidades, à defesa dos Direitos do Homem, passando por acções caritativas...” (Giollito, 2000, p. 45).

Nesse sentido, como educar a atual geração de jovens para a cidadania? Quais as políticas, diretrizes previstas ou linhas orientadoras voltadas para a educação e para a cidadania? Portanto, é preciso acompanhar as transformações presentes, e reinventar os conteúdos/diretrizes/políticas voltadas para a formação dos jovens para a educação cívica, como abordam outros autores sobre o tema (Praia, 1999, Henriques, 2000; Santos Silva, 2000; Araújo, 2008; Ribeiro, Neves e Menezes, 2014; Pardal, 2019).

No âmbito desses questionamentos, apresentamos as prioridades definidas pela Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), que se constitui como um documento norteador, de referência na área da educação, implementado no ano de 2017/2018. Como uma política nacional, voltada para implementação em todas as escolas públicas e privadas, o objetivo é garantir “um conjunto de direitos e deveres que devem ser transmitidos na educação das crianças e jovens portugueses, para que, no futuro, eles se tornem adultos com uma conduta cívica que favorecerá igualdade nas relações interpessoais, integração de diferenças, respeito pelos direitos humanos e valorização de valores e conceitos de cidadania nacional”¹¹.

Deste modo, como forma de monitorização e acompanhamento das políticas implementadas na ENEC, com vistas a criar um ambiente de trabalho em rede e partilhas de práticas, existe a Plataforma Nacional de Educação para a Cidadania (PNEC), na qual são disponibilizados recursos de informação¹².

Conforme previsto pela política pública nacional em vigor, a abordagem curricular de educação para a cidadania pode-se manifestar de diversas formas, de acordo com a autonomia das escolas secundárias envolvidas nos projetos/atividades educacionais que venham a executar com as organizações parceiras (entidades, famílias, comunidades, etc.). Portanto, como forma de abordar a política educacional para a educação e para cidadania em vigor, buscamos apresentar alguns factores que são fundamentais, e que transformam gerações, demonstrando-se assim a importância de trabalhar os programas e as estratégias do Estado na promoção de uma cultura de defesa na sociedade portuguesa.

A própria Lei N.º 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo, que estabelece todo o quadro geral do sistema educativo, vem reforçar esse papel, no seu artigo 3.º, nos princípios organizativos, designadamente:

“a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo; b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico; c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens” (Diário da República, 1986).

11 Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>, consultado em 10 de março de 2024.

12 Educação para Cidadania. Disponível em: <https://cidadania.dge.mec.pt/>, consultado em 10 de março de 2024.

Todavia, são pilares fundamentais aprovados pelo Ministério da Educação e Ciência, as seguintes linhas orientadoras definidas pela Direção-Geral da Educação (DGE) para a educação para a cidadania:

“A Educação Rodoviária, A Educação para o Desenvolvimento, A Educação para a Igualdade de Género, A Educação para os Direitos Humanos, A Educação Financeira, **A Educação para a Segurança e a Defesa Nacional** [grifo nosso], A promoção do Voluntariado, 8 – A Educação Ambiental/ Desenvolvimento Sustentável, A Dimensão Europeia da Educação, A Educação para os Media, A Educação para a Saúde e a Sexualidade, A Educação para o Empreendedorismo, A Educação do Consumidor e A Educação Intercultural” (Direção-Geral da Educação, 2013).

A política estratégica destas linhas orientadoras para a prática da cidadania, visa constituir um importante arcabouço legal para a aprendizagem e o exercício da cidadania, de forma a trabalhar estes temas transversais, numa abordagem transversal, através da sua inserção nos currículos, atividades e projetos, do pré-escolar ao ensino secundário, em resposta aos objetivos definidos em cada agrupamento escolar ou escola não agrupada. Nesse sentido, damos ênfase no enunciado dessa linha orientadora específica ao documento “A Educação para a Segurança e a Defesa Nacional” que enuncia:

“A Educação para a Segurança e Defesa Nacional, que pretende evidenciar o contributo específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis, bem como a natureza e finalidades da sua atividade em tempo de paz, e ainda contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da matriz histórica de Portugal, nomeadamente como forma de consciencializar a importância do património cultural, no quadro da tradição universal de interdependência e solidariedade entre os povos do Mundo”.

Dessa forma, o sistema educativo, as escolas portuguesas, e as Forças Armadas possuem uma responsabilidade fundamental sobre a educação para a cidadania dos jovens, em especial voltadas para a segurança, defesa e a paz no ensino secundário. Nesse sentido, é de suma importância a implementação desta política nacional nas prioridades do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa Nacional.

Nesse contexto, outro documento de grande importância, ancorado na ENEC, é o “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” que tem o foco na formação para a cidadania das crianças e dos jovens portugueses, de forma interdisciplinar, holística e participativa numa abordagem escolar integrada. Esse referencial foi concebido em 2014, reestruturado em 2022, numa parceria entre a Direção-Geral da Educação (DGE), o Instituto da Defesa Nacional (IDN) e o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), tendo sido constituída uma equipa com elementos das referidas entidades (Duarte *et al.*, 2022). Deste modo, o objetivo geral do referencial é:

“ser um documento essencial para que o domínio Segurança, Defesa e Paz alcance espaço curricular para uma abordagem integrada e holística, fazendo conexões entre os conhecimentos de natureza disciplinar, as estratégias de ensino e a defesa dos valores de uma cultura de segurança e paz através da articulação de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores postos em ação na comunidade educativa” (Duarte *et al.*, 2022, p. 9).

A educação para a cidadania, segundo Maria Praia (1999), é caracterizada também pela grande responsabilidade das escolas, devido às constantes transformações da sociedade.

4. Análise do Projeto Curricular: Colégio Militar (Lisboa) e Escola Secundária Campos Melo (Covilhã)

O desenvolvimento da educação para cidadania voltada para a Segurança, Defesa e a Paz é responsabilidade de uma diversidade de órgãos, como vimos anteriormente. De facto, há 24 anos os estudos sobre os “Novos Rumos da Educação para a Cidadania”, da revista *Nação e Defesa*, traziam a discussão, sensibilização e preocupação sobre um norte, no desafio do desenvolvimento da educação para a cidadania em Portugal (Teixeira, 2000). Nuno Teixeira (2000) escreveu sobre o papel primordial e as responsabilidades dos órgãos de educação e defesa, nesse caso, o Instituto de Defesa Nacional (IDN) e o Ministério da Educação, na definição e promoção dos novos rumos das políticas públicas da educação para a cidadania dos jovens.

De acordo com o que está delimitado nos objetivos deste estudo, a pesquisa está focada na análise dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino Colégio Militar em Lisboa e Escola Secundária Campos Melo, em Covilhã. A escolha metodológica pelas duas escolas referidas deve-se ao facto de tentarmos perceber as estratégias de segurança, defesa e paz de um Estabelecimento Regular de Ensino (ERE), comparado aos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército (EME). Nesse sentido, refletir sobre as diferenças ou similaridades da adoção pedagógica entre um ERE e um EME e a lógica capital *versus* interior.

O estudo versará sobre a situação curricular destas escolas, buscando identificar simetrias e diferenças presentes nos currículos, de maneira a colaborar numa construção crítica sobre a temática e a apontar caminhos no desenvolvimento da política educacional do referencial de educação para a segurança, defesa e a paz. Com essa finalidade, buscamos os principais mecanismos/documentos orientadores das referidas escolas, ancorado pela ENEC, documentos como: Projeto educativo (PE), Referencial de Avaliação e os Projetos Curriculares (PC).

Os Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior do Exército (EME) são um instrumento de elevada importância para a sociedade e na relação com as Forças Armadas. Conforme a síntese histórica, o denominado Colégio de Educação do Regimento da Artilharia da Corte começou em 1803 em Oeiras, comandado pelo Coronel Teixeira Rabello, comandante chefe da unidade militar sediada próximas a fortaleza de São Julião.

O Colégio Militar, criado há mais de dois séculos, reflete o empenho e a entrega total ao serviço da Pátria do Marechal António Teixeira Rabello (1750-1825), que cria a escola, preocupado com a educação das crianças e jovens, cujos professores seriam os próprios militares do seu regimento. O Colégio Militar mudou-se diversas vezes para outras instalações, mas desde 1873 permanece no Largo da Luz em Lisboa. Salienta-se ainda que “Os primeiros alunos ali educados distinguem-se pelos seus conhecimentos

militares, pelo seu comportamento e bravura nas campanhas contra as tropas invasoras de Napoleão”¹³.

Actualmente, o Colégio Militar (CM), referência do sistema de ensino português, possui em média 700 alunos, 60% de alunos do género masculino e 40% do género feminino, distribuídos do 1.º ciclo ao ensino secundário, em média 200 alunos no 1.º ciclo, 500 Alunos no Batalhão Colegial (2.º, 3.º Ciclo e Ensino Secundário). Atualmente com 70% de alunos em regime de Internato e 30% em Regime de Externato. Tem como missão assegurar uma sólida formação de matriz militar, intelectual, técnica, física, moral e cívica, inspirada nas qualidades e virtudes da vida militar, e na prossecução dos princípios fundamentais definidos no Sistema Educativo Português, bem como relevar o papel da Defesa Nacional e das Forças Armadas na sociedade¹⁴.

No que se refere ao Projeto Curricular (PC) 2023/2024 do Colégio Militar, ele está ancorado no Projeto Educativo (PE), que constitui os aspetos fundamentais da escola sobre a organização das variadas áreas e disciplinas, carga horária, actividades docentes e o tempo letivo. Apresenta os seguintes conjuntos de actividades:

“A – Actividades curriculares disciplinares/Componentes do currículo (definidas pelo Ministério da Educação), B-Actividades curriculares não disciplinares a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento-CD, no ensino secundário e as Actividades de Complemento Curricular-ACC e C-Oferta própria do Colégio Militar, de carácter obrigatório, inclui a Instrução de Matriz Militar (IMM), as Tutorias, a Equitação e Esgrima (3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo e 5.º e 6.º anos de escolaridade), o Reforço Curricular, Estudos Gerais/Estudos de Apoio e Ofertas de Complemento Curricular (OCC)” (Colégio Militar, 2024).

Em linhas gerais, observarmos com atenção especial as IMM pois as mesmas devem ser entendidas como uma componente do currículo da Formação de Matriz Militar, ou seja, tem o foco na organização da aprendizagem própria da instituição militar, que visam:

“a preparação dos alunos para a plena consciência dos deveres e direitos de cidadãos, respeitadores da pessoa humana e do meio ambiente, defensores do património cultural e histórico da sua Pátria, intervenientes e participativos no que respeita às responsabilidades sociais e cívicas” (Colégio Militar, 2024, p. 8).

Isso é realizado por meio de percursos formativos organizados que visam a aquisição e desenvolvimento de competências com o objetivo de fornecer competências, conhecimentos, valores e atitudes adequados. Os conteúdos temáticos são incluídos nos anos de escolaridade do 5.º ao 12.º ano e são baseados em virtudes militares como coragem, lealdade, honra, camaradagem, espírito de bem servir e amor à Pátria. O Colégio administra disciplina rigorosa e exigente em todas as actividades e segue princípios e valores para a vida escolar, protegendo a integridade física e mental dos alunos (Colégio Militar, 2024),

13 Síntese Histórica Colégio Militar. Disponível em: <https://www.colegiomilitar.pt/quem-somos/sintese-historica/>, consultado em 10 de março de 2024.

14 Missão, Visão e Valores. Disponível em: <https://www.colegiomilitar.pt/quem-somos/missao-visao-e-valores/>, consultado em 10 de março de 2024.

No que diz respeito à história da Escola Secundária Campos Melo (ESCM), na Covilhã, o estabelecimento foi criado por decreto em 3 de janeiro de 1884, como Escola Industrial, com o objectivo de atender às necessidades mais urgentes do município. Ainda nesse ano, recebeu o nome de Escola Industrial Campos Melo, devido ao seu patrono, José Maria da Silva Campos Melo, que cedeu uma casa para a sua instalação provisória. Naquele período, foram criados diversos cursos e disciplinas voltados para a indústria têxtil, como: Fiação, Tecelagem, Tinturaria, Debuxo, Química, Desenho, e complementares como Eletricidade, Mecânica, Contabilidade (Escola Secundária Campos Melo, 2023).

Actualmente, os dados referentes à comunidade escolar da ESCM, identificam que esta possui aproximadamente:

“646 alunos, divididos no ensino regular (7.º, 8.º e 9.º anos), ensino secundário com Cursos Científico-Humanísticos (Ciências e Tecnologias, Línguas e Humanidades e Artes Visuais), Cursos Profissionais (Técnico Administrativo, Técnico Auxiliar de Saúde, Técnico de Desenho Digital 3D, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Informática – Sistemas, Técnico de Manutenção Industrial, variante Eletromecânica, Técnico de Mecatrónica Automóvel) para o público jovem e Educação e Formação de Adultos para o público adulto (Centro Qualifica)” (Escola Secundária Campos Melo, 2023, p. 1-7).

Como valores e visão de futuro, a ESCM tem como lema: “Uma Escola que se orgulha do passado, que reflete sobre o presente, que constrói o futuro...”, e como objetivo estratégico busca afirmar-se através do seu Projeto Educativo 2023/2026 como uma instituição que promove a “formação de cidadãos empreendedores, criativos, eticamente responsáveis, capazes de aprender ao longo da vida e de se realizarem através da cultura, da ciência, do desporto, da tecnologia e da estética” (Escola Secundária Campos Melo, 2023, p. 27).

No que se refere ao Projeto Educativo (PE) 2023/2026 da ESCM, com as diretrizes estratégicas, os objetivos operacionais (Domínio 1: Auto-avaliação, Domínio 2: Liderança e Gestão e Domínio 3: Prestação do serviço educativo), observamos que a ação pedagógica educativa é sustentada pela ENEC, e no ponto 3.7 define:

“3.7. Implementar a Estratégia de Educação para a Cidadania aprovada pela e para a ESCM, nas diferentes dimensões da educação para a cidadania, tais como: educação para os direitos humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os media; dimensão europeia da educação; educação para a saúde e para a sexualidade” (Escola Secundária Campos Melo, 2023, p. 20-22).

Desse modo, verificamos que as ações estratégicas das escolas CM e ESCM são bem diferentes nos seus projetos curriculares, visto que a estratégia militar nas IMM do CM e com os objetivos voltados para a Educação Moral Cívica e Militar possuem um enaltecimento da Defesa Nacional, o culto do amor à Pátria, Código de Honra, Tradições e Hierarquia (Colégio Militar, 2024), enquanto na ESCM os valores e diretrizes estão voltados para:

“o respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor” (Escola Secundária Campos Melo, 2023, p. 20).

Nesse contexto, Ribeiro *et al.* (2014) ressaltam que a evolução da educação para a cidadania em Portugal fora afetada por duas tendências que dificultaram a sua afirmação no campo da educação. A primeira, a preocupação como utilidade instrumental para dar resposta às dimensões europeias no campo político-económico e sociais em determinados períodos. A segunda, uma visão instrumental de se reduzir a educação para a cidadania em contextos delimitados e estruturados das disciplinas.

Entretanto, como envolver os jovens numa participação cívica e política? Existem inúmeros estudos sobre a participação cívica e política dos jovens, mas as mais recorrentes na literatura científica estão centradas na participação convencional e não convencional (Augusto, 2008; Sloam, 2016; Silva e Costa, 2022). A preocupação em torno da participação política da sociedade civil, em especial a participação política dos jovens portugueses nos debates políticos e nos espaços de decisão, é um debate constante na academia científica e permeia as discussões públicas.

Nesse sentido, o autor Nuno Augusto (2008) defende que há, por parte dos jovens, sinais de desinstitucionalização política e um processo de revinculação a domínios não convencionais/não institucionais de participação política. As autoras Silva e Costa (2022, p. 14) corroboram esta ideia, em estudo recente, ao afirmarem que os jovens “estão, antes afastados das práticas convencionais, preferindo formas de participação não-convencionais”.

Embora Augusto (2008, p. 164) seja claro em afirmar que “não se deve confundir desinteresse pela política com desinteresse pelos mecanismos formais e institucionais da política, em particular os partidos e as elites que as lideram”. De acordo com um estudo levado a cabo por Fernandes (2023) com juventudes partidárias, associações estudantis e jovens de entidades cívicas, a melhor estratégia de mobilização dos jovens para a participação cívica e ou política dos jovens é o ativismo.

5. Considerações Finais

Em conclusão, são destacados os principais aspectos debatidos no decorrer da análise, constatando-se que as ações pedagógicas implementadas pelas escolas, com base nas diretrizes do Referencial de Educação para a Segurança, Defesa e a Paz, devem ser monitorizadas e acompanhadas pela PNEC de forma a termos o mapeamento das ações nas escolas, com gráficos, números, tabelas.

Aumenta, assim, a responsabilidade dos diferentes órgãos neste acompanhamento, como o Ministério da Educação, a Direção-Geral da Educação (DGE) e as entidades parceiras como o Instituto da Defesa Nacional (IDN) e o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS). Outro desafio dá-se através do acompanhamento das políticas e estratégias que possam envolver os jovens nas ações de cidadania e participação, mesmo que estudos

recentes apontem que os jovens estão mais pré-dispostos as ações de voluntariado (Fernandes, 2023).

O retorno de uma Unidade Curricular (UC) específica, nos moldes das IMM da EME do Colégio Militar, seria mais eficiente e eficaz nos estabelecimentos de ensino regular.

Referências

- Araújo, S. A., 2008. *Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural*. ACIDI, I.P. ed. [online] Lisboa. Available at: <www.acidi.gov.pt>.
- Augusto, N. M., 2008. A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (81), pp. 155-177. <https://doi.org/10.4000/rccs.658>
- Colégio Militar, 2024. *Projeto Curricular Colégio Militar 2023/2024*. [online] Lisboa. Available at: <<https://www.colegiomilitar.pt/documentos-estruturantes/projeto-curricular/>> [Accessed 13 February 2024].
- Constituição da República Portuguesa, 2005. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>, consultado em 03 de março de 2024.
- Costa, R., 2022. *As Ameaças Híbridas e a União Europeia*. [online] Euro Defense Portugal. Tertúlia EDJ #08. Available at: <<https://eurodefense.pt/as-ameacas-hibridas-e-a-uniao-europeia/>> [Accessed 6 March 2024].
- Diário da República, 1986. *Lei n.º 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo*. [online] Available at: <<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975-44594375>> [Accessed 11 March 2024].
- Direção-Geral da Educação, 2013. *Educação para a Cidadania-linhas orientadoras*. Lisboa.
- Duarte, A. P., Barbas, J., Santos, J., Picoito, J. M., Saraiva, M. F., Azevedo, L., Pereira, L. M., Meireles, P. e Mendonça, P., 2022. *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*. [online] Available at: <<https://www.dge.mec.pt/referencial-de-educacao-para-seguranca-defesa-e-paz-0>> [Accessed 11 March 2024].
- Escola Secundária Campos Melo, 2023. *Projeto Educativo 2023-2026*. [online] Covilhã. Available at: <https://www.camposmelo.pt/images/Documents/Projeto_Educativo_2023-26.pdf> [Accessed 12 February 2024].
- European Commission, 2024. *European Commission-Speech Speech by President von der Leyen at the European Parliament Plenary on strengthening European defence in a volatile geopolitical landscape*. [online] Strasbourg. Available at: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/speech_24_1186> [Accessed 1 March 2024].
- Fernandes, F.S., 2023. A participação cívica e política dos jovens portugueses. *Perspectivas-Journal of Political Science*, 28, pp. 69-80.
- Garcia, M. da G., 1996. A defesa nacional como dever e direitos fundamentais do cidadão e do estado. *Nação e Defesa* [online], pp. 63-79. Available at: <<https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD077/NeD77.pdf>> [Accessed 1 March 2024].
- Giollito, P. (2000). *Como Ensinar a Educação Cívica na Escola* (1ª edição). Lisboa: Didáctica Editora.
- Grilo, A. J. R. G., 2021. *A Defesa Nacional na prevenção e combate às ameaças híbridas*. [Curso de Promoção a Oficial General 2020/2021] Instituto Universitário Militar. Available at: <<http://hdl.handle.net/10400.26/38137>> [Accessed 1 March 2024].

- Guzmán-Utreras, E., Acuña Moscoso, Y., Cáceres Soumastre, C. e Domínguez Pérez, M., 2023. Ciudadanía, educación cívica y participación ciudadana como significados emergentes en estudiantes secundarios participantes de movimientos estudiantiles. *Revista Portuguesa de Educação* [online], 36(1), pp. 1-22. <https://doi.org/10.21814/rpe.24343>
- Henriques, M. C., 2000. Perspectivas conceptuais da educação para a cidadania. *Nação e Defesa*, (93), pp. 35-52.
- Pardal, S., 2019. *Plano Estratégico de Relações Públicas para a implementação nas escolas das temáticas 'Segurança, Defesa e Paz'*. Instituto Politécnico de Lisboa-IPL.
- Praia, M. (1999). *Educação para a Cidadania Teoria e Práticas* (1ª edição). Porto: ASA Editores.
- Ribeiro, N., Neves, T. e Menezes, I., 2014. Educação para a Cidadania em Portugal: contributos para analisar a sua evolução no currículo escolar português. *Currículo sem Fronteiras* [online], 14(3), pp. 12-31. Available at: <www.curriculosemfronteiras.org> [Accessed 15 March 2024].
- Santos Silva, A., 2000. Identidade nacional, estado democrático e educação para a cidadania. *Nação e Defesa* [online], (93), pp. 35-52. Available at: <<https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD093/NeD93.pdf>> [Accessed 20 February 2024].
- Silva, P. e Costa, E. S. F., 2022. *A Participação Política da Juventude em Portugal As juventudes partidárias e os movimentos associativos*. [online] Lisboa. Available at: <<https://gulbenkian.pt/publications/a-participacao-politica-da-juventude-em-portugal-03/>> [Accessed 14 January 2024].
- Sloam, J., 2016. Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union. *The British Journal of Politics and International Relations*, 18(3), pp. 521-537. <https://doi.org/10.1177/1369148116647176>
- Tavares, W. J. B. e Gonçalves, A. T. M., 2023. O manual militar como artefato cultural: Vegécio e a ordenação do passado romano no Compêndio da arte militar (século IV d. C.). *Antigüedad y Cristianismo*, 30(40), pp. 201-226. <https://doi.org/10.6018/ayc.579661>
- Teixeira, N. S., 2000. Novos Rumos da Educação para a Cidadania. *Nação e Defesa*, (93), pp. 1-168.